

**ENTREVISTA COM O Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins
(Universidade de Brasília)¹**

**Entrevistador: Prof. Dr. Luís Sérgio Duarte (Universidade Federal de Goiás) –
Editor Executivo da Revista de Teoria da História**

**Revisão técnica e transcrição: Me. Camila de Jesus Silva – Membro da Secretária
da Revista de Teoria da História**

Estevão Chaves de Rezende Martins é uma das grandes referências no campo da Teoria da História, no Brasil. Professor do departamento de História da Universidade de Brasília, onde formou e influenciou diversos especialistas no campo da Teoria da História. Autor de diversos livros e artigos em diversas línguas, é um dos grandes responsáveis pela difusão da obra de Jorn Rüsen, no Brasil.

Luís Sérgio: Primeiramente, eu queria que o Professor fizesse um balanço dos dois mandatos de gestão – ele é o fundador da Associação de Teoria e História da Historiografia e está agora passando o bastão. Eu queria que falasse um pouco dessa experiência de criação e desses dois mandatos como presidente da associação.

Estevão Martins: Na realidade, a *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia* nasceu a partir da conjunção de dois grandes esforços. O primeiro esforço foi o trabalho no âmbito da ANPUH: O GT que reuniu pessoas interessadas em pesquisar os fundamentos epistemológicos da história como ciência e o resultado desses esforços enquanto expressos da historiografia. Esse foi um dos grandes esforços. O segundo foi o grupo ligado à Universidade Federal de Ouro Preto, em Mariana, que sempre se preocupou muito em criar um perfil analítico, um perfil de pesquisa, que tivesse como pano de fundo a análise do grupo historiográfico contemporâneo, em particular do Brasil, também. Esses esforços se conectaram com um esforço anterior que havia se iniciado em Mariana anos antes, no começo dos anos 80, em torno da referência nacional de bibliografia historiográfica. Depois sofreu uma interrupção

¹Esta entrevista foi realizada em Florianópolis durante XXVIII Simpósio da ANPUH.

porque pessoas mudaram de instituição e aí renasceu com o grupo do núcleo de estudos de História e Modernidade, de Mariana.

O GT e o grupo de Mariana sempre estiveram juntos porque era o ambiente em que as questões estavam tratadas. O GT foi formalizado em uma reunião da ANPUH há dez anos, em João Pessoa, com alguns padrinhos importantes, como Manuel Salgado Guimarães e Francisco Falcon, que foram, como muitos outros presentes ali - como Durval Albuquerque, que são signatários da proposta de criação do GT. Com a intensificação dos esforços em torno do simpósio anual promovido em Mariana, o GT naturalmente evoluiu para associar-se com uma presença intensa, em Mariana. Eu sempre considerei que era muito útil que esses esforços fossem conjugados e somassem forças para enfrentar as tarefas que nos viessem a ser confiadas e ocupar o espaço de reflexão teórica e metodológica sobre a produção do conhecimento histórico no Brasil. Isso deu certo, o grupo de Mariana, começou a reunir simpósios todo ano, no mês de agosto. A partir de 2015 o simpósio vai passar a ser alternado com o da ANPUH, porque havia uma superposição de propostas, o que gerava dificuldades de obter financiamento e um certo cansaço de as pessoas terem de produzir contribuições para tantas coisas ao mesmo tempo. Além disso a sociedade teve a vantagem de ganhar uma personalidade própria para autonomia de gestão e isso tudo se deve à dedicação de muitas pessoas que entregaram sem muitas reservas a ajudar a formatar os mecanismos administrativos, pessoas que [...] na época com os estudantes iniciantes, que já se tornaram doutores e mesmo professores colegas. Isso faz com que a sociedade que, em 2018 completará dez anos de idade, já tenha uma presença, eu diria, forte no espaço das atividades de historiadores no Brasil.

Eu exerci uma função de colaborador desse processo. Participei enquanto eu pude de iniciativas que estabelecessem contatos com a cena internacional, com pessoas com as quais eu convivo em outros grandes centros de pesquisa internacionais de teoria e história da historiografia, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, na Itália, na Grécia, na Espanha, em Portugal... Nem todo mundo se sentiu mobilizado para vir até aqui, mas a taxa de internacionalização da sociedade tornou-se muito elevada. E isso evoluiu para um processo de consolidação, não apenas do momento, ou seja, Mariana, a SBTHH tornaram-se referências na consciência histórica dos profissionais no Brasil de hoje. Como é normal na vida de todo mundo, chegou o momento de passar o bastão para uma nova fase de desenvolvimento que se marcará com a eleição, agora em 2015, de uma nova diretoria da Sociedade, e que se organizará para ter em 2016 um Simpósio

de História da Historiografia Brasileira em conjunto com a Rede Internacional de Teoria da História, sediada na Bélgica, que promoverão em agosto de 2016 o primeiro congresso internacional em um porte um pouco mais ambicioso, porque os simpósios em Mariana já haviam se tornado internacionais há aproximadamente desde o quinto. No início entrava marcadamente com convidados brasileiros, mas do quinto simpósio para cá teve uma internacionalização muito marcante. E está na hora de eu sair das funções burocráticas e manter apenas a minha participação como operário da vinha da historiografia.

Luís Sérgio: Nesse simpósio o senhor pronunciou uma conferência sobre ética da e na História. O senhor poderia fazer um resumo para nós do que o senhor falou nessa conferência?

Estevão Martins: Tratava-se de uma mesa redonda entre uma série de diálogos contemporâneos sobre História, Verdade e Ética. A questão atual, o problema ético não pode ser varrido para debaixo do tapete e nem é também recente, é uma questão antiga e está tornando-se muito atual por duas questões conjunturais, que já veem incomodando há bastante tempo. Uma questão conjuntural é a ocorrência repetida de plágio na produção de trabalho científico e trabalhos acadêmicos e que muita gente, infelizmente, cada vez mais copia desavergonhadamente o trabalho de outros e não oferece o devido crédito. Isso tem sido objeto de denúncias crescentes. Então esse é um problema conjuntural que vinha incomodando; o segundo problema conjuntural que incomoda é a criação do Comitê Nacional de Ética na pesquisa, vinculado com o Conselho Nacional de Saúde, por conseguinte, inserido na estrutura do Ministério da Saúde, que foi pensada inicialmente para controlar eticamente o comportamento de pesquisadores da área de saúde que lidam com pessoas vivas e, por conseguinte, colocaram limites ao uso de pessoas como cobaias, aos testes de drogas experimentais e assim sucessivamente. Isso foi se estendendo para questões ligadas à entrevistas com pessoas vivas, coletas de depoimentos, participação de indivíduos com declarações que representariam sua possível responsabilização... Então há uma busca muito complicada de parâmetros que o orientasse.

Então, na gestão atual do Professor Rodrigo, de Belo Horizonte, resolveu designar alguns colegas para acompanhar as discussões no âmbito do CONEP, e por outro lado para promover uma reflexão sobre o que seria uma eventual pauta ética para

a pesquisa histórica. Para tanto, eu fui convidado a participar e ofereci algumas sugestões que são, obviamente, de cunho muito genérico, porque não é uma pauta ética se fazer uma lista de situações possíveis em que você apresentaria os dilemas para resolver, com respostas sim e não como formas de se tratar questões éticas. E eu centrei a minha reflexão em torno de uma ideia que me parece fundamental, que toda pesquisa científica, inclusive a histórica, busca honestamente obter a verdade possível. E, para isso, assume uma espécie de contato, de comportamentos metódicos que representam valorizações de coisas corretas e de coisas incorretas e, por conseguinte, de recomendações de ação e de, digamos assim, de recomendações de se evitar tais ou quais atitudes.

Um dos exemplos é que você jamais pode usar uma fonte ou uma referência sem deixar de citar completa e integralmente, que é o reconhecimento da diversidade do elemento, da propriedade da ideia de terceiros que você utiliza no seu trabalho. Esse é um exemplo. O segundo exemplo é que a pessoa tem que representar um comportamento que tenha como horizonte o respeito da alteridade dos indivíduos enquanto pessoas humanas dignas. E, por conseguinte, que o trabalho historiográfico, para ser ético, que lida com agentes racionais humanos tem que trabalhar com uma referência em respeito à dignidade da pessoa humana e, por conseguinte, somente usar argumentos, análises, demonstrações, explicações e narrativas, compatíveis com o devido respeito à dignidade da pessoa humana, inclusive quando se tratar de juízo crítico, sobre comportamentos feitos por agentes racionais humanos que destoem do respeito pela pessoa humana. Por exemplo, perpetradores de crimes, operadores de genocídio... Em que o discurso historiográfico tem que guardar uma isenção crítica suficientemente ponderada para que o argumento passe e não, eventualmente, um libelo indignado de um discurso somente político.

Luís Sérgio: Professor, qual é a relação entre Teoria da História e História da Historiografia?

Estevão Martins: Na realidade, a massa, a matéria-prima de ambas é a Historiografia, porque na expressão *Teoria da História* eu entendo que se está se tratando das condições epistemológicas de possibilidade da produção da História como conhecimento científico sustentável. E na *História da Historiografia* eu estou tratando

de retrazar os percursos feitos por obras consideradas por historiadores como historiografia e com isso ter um estoque de material.

Esse estoque de material, que são as obras de historiografia disponíveis, são a matéria prima tanto da Teoria da História quanto da História da Historiografia. No caso da Teoria da História, busca-se descobrir, em um determinado conjunto de produtos historiográficos, quais são os seus pressupostos epistemológicos, metodológicos e filosóficos, que viabilizaram a proposta de trabalho e a sua execução. Então, é um pouco como se nós tentássemos descobrir qual é o esqueleto intelectual da obra, sabendo que a obra historiográfica, além disso, tem toda a musculatura empírica que a sustenta (junto com o esqueleto).

No caso da História da Historiografia, não necessariamente a pessoa vai buscar um esqueleto teórico e metodológico, mas vai simplesmente elencar, de forma, quem sabe sistemática, por meio de alguns critérios de classificação, o conjunto de obras que será definido como historiográfico e, por conseguinte, implicará uma reflexão, teórica também, que dirá qual é o critério pelo qual tal pesquisa, conformada com tal produto (pode ser um livro, um artigo, um relatório, um documentário, um filme, o que for), seria encaixado, digamos assim, no escaninho *historiografia*.

Então, no fundo, Teoria da História e História da Historiografia trabalham com o mesmo conjunto de materiais reunidos sob o nome *historiografia*. Eu diria, por conseguinte, que um dos primeiros elementos teóricos que circulam entre Teoria da História e História da Historiografia é mesmo a definição categorial do que é historiografia.

Luís Sérgio: O que é historiografia?

Estevão Martins: Historiografia é um nome. Um pouco como diria Koselleck, a proposta de história é um coletivo singular. É um termo singular que etiqueta um determinado conjunto de obras que os profissionais da História reconhecem como sendo um típico resultado de seu trabalho, que seja contemporâneo a nós, ou que seja de duzentos, trezentos, ou mil anos atrás. Então, é preciso ter um elenco de critérios metódicos, que, evidentemente, se consagrou da metade do século XIX para cá com um parâmetro técnico que não havia antes. E esse parâmetro técnico requer o uso de um conjunto de parâmetros explicativos, para dizer que “essa obra é historiografia e não é política”, “essa obra é historiografia e não é literatura”, e assim sucessivamente. Então,

eu diria que, a descrição da historiografia tem esse aspecto passivo, estático, que é o produto final. Mas existe um subconceito que nós ainda não falamos aqui que eu considero que é a grafia da História, ou seja, a produção intelectual do relato historiográfico, da narrativa, que é um mecanismo que se dá na cabeça do pesquisador quando ele reuniu pressupostos, procedeu a determinadas etapas de pesquisa, reuniu e analisou materiais e, ao mesmo tempo em que faz isso, já vai montando uma estratégia explicativa que vai desembocar em uma narrativa.

Então, existe a historiografia no sentido do produto acabado e existe a historiografia no sentido de que é um produto em desenvolvimento ao longo do processo de pesquisa e que vai montando a grafia da História sobre o tema que a pessoa trabalha de tal maneira que quando chega no processo de arremate, de redação, ele já começou a escrever desde o primeiro dia.

Luís Sérgio: Professor, e a relação entre Filosofia da História e Teoria da História?

Estevão Martins: A língua portuguesa tem essa dificuldade de usar a palavra história para cobrir diferentes realidades. Então, Teoria da História é, eu diria, se nós tivéssemos esse costume (mas não temos), sempre seria teoria dessa história enquanto ciência, ou da ciência histórica. Então, precisa ter historiografia feita, precisa ter profissional trabalhando, para que se analise que pressupostos teóricos, que práticas metódicas, que material empírico gerou que narrativa.

A Filosofia da História pensa a história no sentido de toda a ampla realidade dos seres humanos na sua totalidade (ontem, hoje e amanhã, em quaisquer lugares e em quaisquer momentos) e, por conseguinte, tem uma dimensão especulativa muito forte, que não encontra respaldo no universo empírico de uma maneira sistemática e, frequentemente, que você responde a inquietações existenciais dos seus autores. Então, a filosofia da História seria uma espécie de pensamento da História como um processo quase que personalizado, essencializado, da história como uma espécie de indivíduo, ou de uma figura, que teria estrutura, organização, desenvolvimento, finalidades, procedimentos próprios por si mesmo, que me parece uma coisa muito difícil de ser sustentada, mas que não deixa de existir. Então, é o que eu chamaria de uma grande filosofia especulativa.

Por outro lado, existe sempre uma concepção de mundo, uma cosmovisão, uma ideia do que eu estou fazendo, do contexto em que eu estou inserido, que a

historiografia não especifica em todos os seus detalhes, porque seria uma obra interminável, seria uma obra sempre inconclusiva, você não teria como fechar o raciocínio, mesmo que a gente feche o raciocínio sabendo que vai faltar coisa. Então, eu acho que, na construção historiográfica, tanto no processo de elaboração mental do que vai ser o produto final, quanto na confecção do produto final, existe um estoque de pressupostos de cosmovisão, de entendimento da vida, de convicções, que não são todos explicitados, detalhados, dissecados, mas estão presentes como pano de fundo, que a gente vê tanto nas linhas, quanto nas entrelinhas. E eu diria que isso é, de alguma maneira, uma espécie de pódio filosófico em cima do qual nós trabalhamos, que implica, por exemplo, para nós, coisas muito simples, como os recursos da língua portuguesa como instrumento literário de expressão da narrativa historiográfica e a gente sente a dificuldade quando a gente escreve em outra língua que não faz parte do nosso pódio. As referências culturais que organizam o universo da experiência civilizatória de que nós somos resultado, por mais que nós tenhamos intercâmbio com outros mundos. Então, isso implica que há uma espécie de meio ambiente cultural, e eu diria filosófico, que não pode e não tem como, e não precisa ser especificado detalhe por detalhe, mas que frequente a gente acaba indo escarafunchar, quando trabalhamos sobre algum autor, alguma obra, a gente quer saber em que contexto envolveu, porquê cargas d'água ele faz tais e quais afirmações, e a gente às vezes não encontra no raciocínio explicativo da narrativa essas informações pormenorizadas. Então, o que acontece é que, quando se dá esse passo atrás para ver o que está por trás dessa grande membrana envolvente é que nós encontramos pressupostos frequentemente de cunho filosófico.

Luís Sérgio: Mês que vem vai sair a sua tradução *Historik*, da segunda versão da Teoria da História do Rüsen. O senhor pode nos falar um pouco sobre isso?

Estevão Martins: O professor Rüsen tinha escrito uma trilogia, composta de três pequenos volumes – *Razão Histórica*, *Reconstrução do Passado* e *História Viva* – e essa trilogia teve uma repercussão muito grande. Foi a primeira grande sistematização de toda a tradução historiográfica da segunda metade do século XX, que apresentou, digamos assim, uma rede conceitual amarrada com o produto historiográfico e que não precisava estar prisioneira da realidade historiográfica alemã, embora o autor seja alemão e o espaço cultural em que ele elaborou essa teoria, seja um espaço cultural de

diálogo com o mundo de língua alemã e o mundo de língua inglesa. Essa obra foi complementada por diferentes outros ensaios, diferentes outras distribuições e desenvolvimentos. Algumas coisas ficaram menos bem aceitas, outras ficaram muito bem aceitas. Então, o autor resolveu, passados mais de 30 anos depois da primeira versão, resolveu refundir os três livrinhos com todos os outros trabalhos posteriores e fazer um volume só sistemático, para o qual ele escolheu o título que reproduz o título da obra de Droysen, no século XIX, que é a *Historik*, e o subtítulo é *Teoria da História como Ciência*, então, em Português não daria para repetir isso, porque nós não temos as palavras para adequar. Então, em português o livro vai chamar-se Teoria da História, pura e simplesmente. E tem, digamos assim, três grandes linhas de organização.

A primeira grande linha de organização é a que história é coisa da vida de todo mundo. História como ciência e historiografia não conseguem surgir se não tiverem as raízes na vida de todo mundo. E a história da vida de todo mundo e a história científica composta da estrutura do sistema historiográfico tem efeito sobre a vida de todo mundo. Ou seja, é uma linha muito importante, que reproduz uma convicção argumentada do professor Rüsen, de muitos anos atrás, que ele chamava de matriz disciplinar, porque está tratando da História como uma disciplina científica, mas eu acho um grande ganho filosófico, que ele tenha insistido tanto em que lidar com a experiência de vida dos homens do cotidiano, ou seja, como eles se lidam com o passado, como transformam a experiência em uma reflexão de relacionamento temporal, que significa historicizar a experiência, colocar o fluxo no seu contexto.

É um grande ganho dizer que isso não transforma a História científica em alheia à história de que ela tomou o seu impulso. Ao contrário, sem esse impulso de bom senso, de senso comum, aquela história não aconteceria e aquela história uma vez profissionalizada, ela guarda esse dinamismo, porque ela realimenta o contexto da vida de todo dia e isso é uma coisa muito interessante e o professor Rüsen, na nova versão, procura fazer quadros didáticos em que ele diz a diversidade conceitual que envolve termos que parecem ser muito claros.

Um dos exemplos que eu posso dar é sobre a *verdade*. Ele elenca nove possíveis formas de adjetivação substantiva de verdade, que estão presentes na historiografia e ele usa esse inventário de nove acepções, dizendo que elas são bastante abrangentes, são acepções que cobrem uma gama muito grande de produtos historiográficos e não são suficientemente pensadas quando alguém lê a obra. Dizendo, por exemplo, que tem uma verdade de cunho religioso, ali tem uma verdade de cunho político, uma verdade de

cunho cognitivo, uma verdade de cunho estético e essas verdades conflitam entre si, mas as vezes convergem entre si. Então, o teórico tem que fazer com leituras e com análises, um inventário. Ele não cita Paul Veyne, mas teria que fazer um inventário das diferenças, além do inventário das coincidências.

Luís Sérgio: Professor, hoje o senhor se auto definiu como um europeísta. Bom, o senhor pode fazer um balanço sobre o que o senhor tem produzido até agora sobre a história da Europa, a história da unificação, a história das relações internacionais.

Estevão Martins: Não, é o seguinte: não faz muito sentido trabalhar com teoria e metodologia da História sem ter a experiência do que seja a pesquisa e produto concreto. Então, eu sempre aprendi isso com os professores da faculdade, quando fiz graduação: você para fazer um trabalho digno de confiança tem que queimar pestana e gastar lápis. Então, tem que fazer pesquisa empírica. Então, eu sempre tive muito interesse, em um primeiro momento, em uma preocupação iluminista, ou seja, em que o projeto de modernidade que nós temos é um projeto em andamento, é um projeto incompleto, mesmo que ele tenha sido muito ambicioso nas suas primeiras formatações, é um projeto iluminista. Então, eu sempre me interessei sobre o berço, o cadinho de propostas que foi a Europa ocidental em meados do século XVIII. Então, todos os meus estudos empíricos pairam nessa direção. embora o substancial do que eu faça tenha a ver com o produto teórico e metodológico do uso dos historiadores, eu considero que eu não posso abandonar essa prática empírica de pesquisa.

Como eu continuo gostando muito de história europeia, eu passei a me dedicar cada vez mais aos estudos empíricos ligados à Europa e, curiosamente, por uma questão de conjuntura profissional na Universidade de Brasília, eu acabei migrando do século XIX, e até brinco, para até amanhã, porque eu me interessei imensamente pelo processo de tentativa de superação das fraturas e dos conflitos na Europa, com os projetos de unificação europeia, de que nós temos um resultado, mesmo que ele seja meio capenga, notável e inédito, que é a União Europeia, tal como ela vem se formando desde 1950.

Então, eu tenho trabalhos sobre isso, tenho trabalhos sobre a questão em que a Europa, como a América Latina também, nesses conceitos em que ninguém sabe direito o que falar, porque abrangem muita coisa. Então eu tenho trabalhado também sobre o que seria uma identidade europeia, o quanto de europeu se sente cada um dos cidadãos

nos países que constituem o primeiro grupo do clube, depois os demais europeus, que não propriamente fazem parte do clube, mas que são Europa, e o quanto a União Europeia acabou, digamos assim, raptando a noção de Europa para cima, não porque quis, mas porque entrou no costume da fala chamado de Europa. E quando se fala de Europa o pessoal pensa de imediato na União Europeia e os outros ficam mais ou menos de fora, o que não está correto é eu trabalhar com essas questões empíricas por exercício e por gosto.